

Juiz Desembargador Paulo Alexandre Pereira Guerra
Juíza de Direito Carla Inês Brás Câmara
Procurador da República Augusto Manuel Revês do Nascimento
Procurador da República José Norberto Ferreira Martins
Procurador da República Luís Manuel da Silva Pereira

Via de acesso a que se refere a segunda parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro:

Júri A

Presidente — Juiz Conselheiro Urbano Aquiles Lopes Dias
Juiz Desembargador Jorge Manuel Leitão Leal
Juíza Desembargadora Ana Maria Barata de Brito
Mestre Elsa Marina Rosa Dias Oliveira
Procurador Adjunto José Eduardo Barbosa Lima
Procuradora Adjunta Maria Edite Palma de Carvalho

Júri B

Presidente — Procurador-Geral-Adjunto Vinício Augusto Pereira Ribeiro
Juiz de Direito Fernando da Silva Bastos
Juiz de Direito Vítor Sérgio Sequinho Santos
Professor Rui Filipe Serra Serrão Patrício
Procurador Adjunto Paulo Miguel Sousa Balsemão Campos
Procurador da República João Palma Ramos

Júri C

Presidente — Juiz Conselheiro António Pereira Madeira
Juiz de Direito Pedro Maria Godinho Vaz Patto
Juíza Desembargadora Maria do Rosário Pita Pegado Gonçalves
Mestre João Carlos Maurício de Matos Viana
Procurador Adjunto João Pires Cardoso Alves
Procuradora Adjunta Ângela Maria Silva Neto.

13 de Abril de 2010. — A Directora do Departamento de Apoio Geral,
Maria Eufémia Fonseca.

203138753

Despacho n.º 6768/2010

Por despacho da Directora do Centro de Estudos judiciais, de 13 de Abril de 2010:

Nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro fixo o número e a organização dos júris de selecção, para as provas da fase escrita a que alude o artigo 15.º n.º 1 alínea a) e 16.º n.º 4, 5 e 6 da lei supramencionada, relativas ao concurso de ingresso no II curso normal de formação dos tribunais administrativos e fiscais, na forma que segue:

Tribunais Administrativos e Fiscais

Via de acesso a que se refere a primeira parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro

Júri A

Presidente — Juiz Conselheiro José Norberto de Melo Baeta Queiróz
Juiz Desembargador Jorge Miguel Barroso de Aragão Seia
Juíza de Direito Ana Paula Rodrigues Coelho dos Santos
Juíza de Direito Maria Cristina Flora Santos
Professor Doutor João Abreu de Faria Bilhim
Mestre Sandra Isabel Rasteiro Firmino
Procuradora-Geral-Adjunta Maria Antónia Silva Gomes de Almeida Soares

Júri B

Presidente — Procuradora-Geral-Adjunta Margarida Maria Dias Pereira Lopes Bastos
Professora Doutora Alice Donat Trindade
Juiz de Direito Joaquim Manuel Charneca Condesso
Juíza de Direito Catarina Alexandra Amaral Azevedo de Almeida e Sousa
Juíza Desembargadora Maria Cristina Gallego dos Santos
Procurador Geral Adjunto Amadeu Francisco Ribeiro Guerra

Júri C

Presidente — Juiz Conselheiro Fernando Manuel Azevedo Moreira
Professora Doutora Elisabete dos Reis Carvalho
Juíza de Direito Bárbara de Aguiar Tavares Teles Themudo Santos
Juíza de Direito Isabel Maria Vaz Martins Fernandes Gomes Ferreira
Juíza Desembargadora Magda Espinho Galdes
Procurador Geral Adjunto Artur da Costa Barros

Júri D

Presidente — Procurador-Geral-Adjunto João Dias Borges
Professor Doutor Hugo Marco Consciência Silvestre
Juiz Desembargador Antero Pires Salvador
Juíza de Direito Paula Fernanda Cadilhe Ribeiro
Juíza Desembargadora Maria do Céu Dias Rosa das Neves
Procurador Geral Adjunto José Carlos Lopes

Via de acesso a que se refere a segunda parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro

Júri A

Presidente — Juiz Conselheiro António Francisco Almeida Calhau
Juiz de Direito Pedro Nuno Pinto Vergueiro
Juiz Desembargador Francisco António Pedrosa de Areal Rothes
Juiz de Direito José Vital Brito Lopes
Professora Doutora Isabel Celeste Monteiro Fonseca
Procuradora da República Carla Paula Bello da Silveira Baptista Lamego

Júri B

Presidente — Procurador Geral Adjunto Vítor Manuel Santos Silva
Juiz Desembargador José Carlos de Almeida Lucas Martins
Juiz Desembargador José Maria da Fonseca Carvalho
Juíza de Direito Paula Cristina Oliveira Lopes de Ferreirinha Loureiro
Procurador da República Manuel Simões Azenha
Professora Doutora Cristina Manuela Araújo Dias

Júri C

Presidente Juiz Conselheiro Adérito Conceição Salvador Santos
Juiz de Direito Benjamim Magalhães Barbosa
Juiz de Direito Pedro José Marchão Marques
Juíza de Direito Fernanda Fátima Esteves
Mestre Maria Isabel Helbling Meneres Campos
Procuradora da República Maria Raquel Poças Vicente da Rosa
13 de Abril de 2010. — A Directora do Departamento de Apoio Geral,
Maria Eufémia Fonseca.

203138842

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 6769/2010

Por despacho do Presidente, datado de 10 de Fevereiro de 2010, foi Anabela Silva e Sousa Carreira, notária na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Alcanena, ficando afecta à Conservatória do Registo Civil de Marinha Grande, por conveniência dos serviços, nos termos do n.º 5 do artigo 107.º e n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, a contar do dia 1 de Abril de 2010, data do início da actividade do IRN, I. P.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

Lisboa, 7 de Abril de 2010. — A Vice-Presidente, *Catarina Veiga.*
203132994

Despacho (extracto) n.º 6770/2010

Por despacho do Presidente, datado de 5 de Fevereiro de 2010, foi autorizada, por razões de conveniência dos serviços, nos termos do n.º 5 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, a reafecção à 1.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, da notária Margarida Isabel Pimenta Ferreira de Oliveira, afecta à

Conservatória do Registo Predial e Comercial de Mirandela, com efeitos a contar do dia 15.02.2010.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

Lisboa, 7 de Abril de 2010. — A Vice-Presidente, *Catarina Veiga*.
203133122

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6771/2010

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em regime de comissão de serviço, para prestar assessoria ao meu Gabinete, no âmbito da sua especialização, a licenciada Cecilie Bjornstad Cardona.

2 — É atribuída à nomeada a remuneração mensal correspondente ao vencimento e despesas de representação de adjunto de gabinete, incluindo a percepção de subsídio de férias e de Natal no valor da remuneração base daquele cargo, acrescida do subsídio de refeição, sendo estes valores actualizados em função do que, em matéria remuneratória, vier a ser fixado para o cargo de adjunto dos gabinetes dos membros do Governo.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 5 de Abril de 2010.

9 de Abril de 2010. — O Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

203133066

Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor

Despacho n.º 6772/2010

Pelo despacho n.º 11277/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 88, de 7 de Maio de 2009, foi dado cumprimento ao Acórdão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, proferido em 21 de Dezembro de 2007, que reconheceu aos trabalhadores associados da associação sindical autora da acção o direito a serem integrados na carreira inspectiva com efeitos a 1 de Julho de 2000.

Na sequência deste despacho, diversos funcionários, cuja situação funcional é em tudo idêntica à daqueles que foram abrangidos no mesmo, mas que, contudo, não recorreram à via judicial, vieram requerer que idêntica solução lhes fosse aplicada.

Assim:

Tendo em consideração o disposto no Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril, em conjugação com o disposto nos Decretos Regulamentares n.ºs 25/2002, de 5 de Abril, e 30/2002, de 9 de Abril, e ainda o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, que determinam a transição daqueles funcionários para a carreira de inspecção;

Tendo ainda em consideração os princípios da igualdade, da justiça e da boa-fé, enquanto princípios basilares de um estado de direito democrático e norteadores de toda a actividade administrativa;

Entendo que deve ser concedido provimento à pretensão dos requerentes abrangidos pelas disposições legais supracitadas e, consequentemente, ser-lhes reconhecido o direito a integrar a carreira inspectiva, com efeitos a 1 de Julho de 2000.

Nestes termos, homologo a lista de transição e determino a sua publicação em anexo.

8 de Abril de 2010. — O Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, *Fernando Pereira Serrasqueiro*.

ANEXO

Lista dos trabalhadores que transitaram para a carreira de inspecção em 1 de Janeiro de 2006

Nome	Situação em 2000-06-30		Escala	Índice	Situação em 2000-07-01		Escala	Índice
	Carreira	Categoria			Carreira	Categoria		
Maria Custódia Martins F. P. Correia	Tec. superior. . .	Tec. superior 1.ª	1	460	Inspector superior	Inspector.	1	500
Ofélia Maria Costa Pereira.	Tec. superior. . .	Tec. sup. principal	2	560	Inspector superior	Inspector principal	2	620
José Manuel Simões Prates Dordio	Eng.º tec. agr.	Tec. principal . . .	3	440	Inspector técnico	Insp. técn. principal	3	510
João António David Godinho.	Ag. tec. agr. . . .	Tec. adj. especialista	4	305	Inspector-adjunto	Insp. adj. especia- lista.	4	385
João Eduardo Polainas Nicau.	Med. veterinário	Assessor.	1	600	Inspector superior	Inspector superior	1	670
Maria Rosário Vieira Antunes Cunha	Med. veterinário	Tec. superior 1.ª	2	475	Inspector Superior	Inspector.	2	530
Jorge Eduardo Ferreira Simões	Eng. tec. agr.	Tec. principal . . .	1	400	Inspector técnico	Insp. técn. principal	1	440
António Francisco Carias Simões . . .	Tec. prof. pec.	Tec. prof. esp. pr.	1	260	Inspector-adjunto	Inspector adj. prin- cipal.	1	390
Vanda Maria Costa Reis Brito Caiado Monteiro.	Engenheiro. . . .	Tec. sup. 1.ª cls.	1	400	Inspector superior	Inspector.	1	500
António Alves Albuquerque.	Med. veterinário	Tec. sup. 1.ª cls.	1	400	Inspector superior	Inspector.	1	500
Lúis Sequeira Sousa Bastos Aleixo	Med. veterinário	Tec. sup. 1.ª cls.	1	400	Inspector superior	Inspector.	1	500
Maria Adelaide Lopes Teles.	Engenheiro . . .	Tec. superior 1.ª	1	460	Inspector superior	Inspector.	1	500
António Jorge Pinto Machado	Med. veterinário	Assessor.	1	610	Inspector superior	Inspector.	1	780
António Manuel Almeida Gonçalves Moreira.	Tec. prof. pec.	Tec. profissional 1.ª	5	260	Inspector-adjunto	Inspector-adjunto	5	311
Maria Luísa Pereira Alves Martins Mariano.	Tec. profissional	Tec. profissional 2.ª	2	200	Inspector adjunto	Inspector-adjunto	2	264
António Augusto Barreiros Protásio Pereira.	Eng. tec. agr.	Tec. principal . . .	3	440	Inspector técnico	Insp. técn. principal	3	510
Jorge Gonçalves Gaspar.	Eng. tec. agr.	Tec. principal . . .	3	440	Inspector técnico	Insp. técn. principal	3	510
Manuel Marques Matos	Eng. tec. agr.	Técnico 1.ª cls. . .	4	415	Inspector técnico	Inspector técnico	4	440
José Carlos Perdiz Martins.	Med. veterinário	Ass. principal . . .	4	900	Inspector superior	Insp. sup. principal	4	900
Armando Acácio Cristão	Ag. tec. agr. . . .	Tec. prof. principal	3	250	Inspector-adjunto	Inspector adj. prin.	3	332
José Augusto Gomes	Tec. profissional	Tec. adjunto 2.ª	5	240	Inspector-adjunto	Inspector-adjunto	5	311
Maria da Glória Pomba B. Oliveira	Eng. tec. agr.	Tec. principal . . .	3	440	Inspector técnico	Insp. técn. principal	3	510
Francisco José Cepeda Farinha Leitão	Eng. tec. agr.	Técnico 1.ª cls. . .	4	415	Inspector técnico	Insp. técnico.	4	440
Francisco Norberto Marques Cordeiro	Assistente Admi- nistrativo.	Assist. adm. prin- cipal.	1	215	Inspector-adjunto	Inspector-adjunto	1	249